

Informação a Serviço da Cidadania: a experiência do Telecentro Chico Mendes em Porto Alegre – RS

Eliane Lourdes da Silva Moro^[1]

Lilia Maria Vargas^[2]

Valdir Jose Morigi^[3]

RESUMO

O projeto “Informação e Comunicação para a Cidadania”, tem como foco o planejamento, o desenvolvimento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de capacitação de recursos humanos para o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC’s), desenvolvendo conteúdo educativo nos Telecentros comunitários implantados em bairros do município de Porto Alegre, entre eles, o Telecentro Chico Mendes. O projeto foi elaborado pelo Núcleo CAPATEC (Capacitação em Tecnologias da Informação e da Comunicação) da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/FABICO da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS em parceria com a PROCEMPA(Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre) e a SMED(Secretaria Municipal de Educação) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre – RS. Nesse contexto, a informação é tratada como um recurso prioritário, pois através dela os cidadãos se inserem na sociedade, facilitando o exercício responsável e consciente na tomada de decisões em qualquer âmbito ou ação, inclusive no exercício de seus direitos. A realidade mostra que normalmente são os segmentos da sociedade privilegiados que têm acesso às tecnologias informacionais, devido as suas condições sócio-econômicas, políticas, culturais e educacionais. A carência de programas de formação dos cidadãos para o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC’s) pode contribuir para desencadear novas desigualdades sociais e agravar a situação da exclusão social. Sendo assim, o projeto pretende intervir na lógica desse ciclo de exclusão social, voltando suas atividades para a educação digital e o uso da informação por esse segmento excluído. Nessa linha, o projeto pretende capacitar os monitores que atuam no Telecentro Chico Mendes e, posteriormente, expandir essa capacitação aos outros Telecentros comunitários que estão sendo implantados na capital gaúcha.

Palavras-Chave: Cidadania – Telecentros – Educação Digital- Exclusão Social.

INTRODUÇÃO

O projeto “Informação e Comunicação para a Cidadania”, tem como foco o planejamento, o desenvolvimento, o acompanhamento e a avaliação das atividades de capacitação de recursos humanos para o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC’s), desenvolvendo conteúdo educativo nos Telecentros comunitários implantados em bairros do município de Porto Alegre, entre eles, o Telecentro Chico Mendes. O projeto foi elaborado pelo Núcleo CAPATEC (Capacitação em Tecnologias da

Informação e da Comunicação) da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação/FABICO da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS em parceria com a PROCEMPA(Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre) e a SMED(Secretaria Municipal de Educação) da Prefeitura Municipal de Porto Alegre – RS. Nesse contexto, a informação é tratada como um recurso prioritário, pois através dela os cidadãos se inserem na sociedade, facilitando o exercício responsável e consciente na tomada de decisões em qualquer âmbito ou ação, inclusive no exercício de seus direitos. O relato procura contemplar os objetivos e metas do Projeto e as ações efetivas do mesmo além de mostrar como foi a recepção por parte da comunidade Chico Mendes e identificar, a partir da utilização de tecnologias da informação e comunicação, quais as informações mais solicitadas e, finalmente, em que medida tais usos levaram a modificações no comportamento cotidiano do grupo local. A realidade mostra que normalmente são os segmentos da sociedade privilegiados que têm acesso às tecnologias informacionais, devido as suas condições sócio-econômicas, políticas, culturais e educacionais. A carência de programas de formação dos cidadãos para o uso de tecnologias de informação e comunicação (TIC's) pode contribuir para desencadear novas desigualdades sociais e agravar a situação da exclusão social. Sendo assim, o projeto pretende intervir na lógica desse ciclo de exclusão social, voltando suas atividades para a educação digital e o uso da informação por esse segmento excluído. Nessa linha, o projeto pretende capacitar os monitores que atuam no Telecentro Chico Mendes e posteriormente expandir essa capacitação aos outros Telecentros comunitários que estão sendo implantados na capital gaúcha.

O projeto está dividido em três fases: a primeira trata-se de um levantamento sobre a comunidade Chico Mendes para verificar os seus interesses e as potencialidades do grupo que atua no Telecentro e quais as necessidades do grupo em termos de informação e como eles utilizam as tecnologias de informação e comunicação no Telecentro. A partir desses resultados começa a se delinear a segunda fase, a implantação e implementação do projeto de capacitação junto aos monitores, com conteúdo educativo para a formação de cidadãos. A terceira fase se constitui na avaliação do projeto. Com ela verificar-se-á de que forma os objetivos do projeto se concretizaram em resultados práticos para o grupo e a comunidade.

Para se compreender o projeto e a sua dinâmica é necessário explicitar os principais objetivos e a filosofia dos Telecentros Comunitários. De que forma o projeto “Informação e Comunicação para a Cidadania” se insere nesse quadro. Como, com a sua implementação, o conteúdo educativo interfere na formação dos agentes sociais. Nesse sentido, torna-se necessário explicitar qual a concepção de cidadania que estamos adotando e compartilhando.

1 OS TELECENTROS COMUNITÁRIOS

Nos dias atuais, em todos os campos, é notável o avanço significativo do uso das tecnologias de informação e comunicação na sociedade. Castells (1999), denominou de *Revolução das Novas Tecnologias de Informação*, o cerne desta revolução que se encontra no uso do computador em todas as atividades humanas, desde a comunicação, a produção econômica até a gestão do poder. Cada vez mais o mundo e as pessoas estão interligados e conectados através das redes. O paradigma digital fez emergir a sociedade da informação e com ela a sociedade em rede. Conforme Castells (1999, p.498) rede “é um conjunto de nós interconectados. Nó é um ponto no qual uma curva se entrecorta”. O autor acrescenta que, as “redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação”. Assim, “a inclusão/exclusão em redes e a arquitetura das relações entre redes, possibilitadas por tecnologias da informação que operam na velocidade da luz, configuram processos e funções predominantes em nossas sociedades”. (Ibid.)

Nesse sentido, os Telecentros seriam a materialização da sociedade em rede, uma vez que eles possibilitariam o acesso a informações e ao conhecimento produzido em um fluxo constante. Através deles, as comunidades excluídas do processo informacional ou do mundo digital, passariam a ter acesso aos diferentes serviços produzidos pela sociedade digital, como também podem ofertar outros produtos, serviços e ações de ordem sócio-educativa para a sua comunidade. Essas ações efetivamente podem contribuir para o processo de inclusão digital e de emancipação dos cidadãos frente aos impactos das tecnologias de informação e comunicação.

O conceito de rede ultrapassa a noção de uma rede física e material. Trata-se também de rede de relações sociais, de sentimentos, de pensamentos, de formas de produção e de ações sociais onde cada grupo ou comunidade pode potencializar-se e reconfigurar toda a rede. Assim, diversos grupos de diferentes contextos, mas que participam situações semelhantes têm a oportunidade de se conectarem, trocarem suas experiências e manterem laços de solidariedade e reciprocidade uns com os outros.

Um Telecentro é um local onde estão alocados alguns computadores conectados à Internet para o uso da comunidade. Nesse espaço físico estão disponíveis as tecnologias de informação e comunicação para que as pessoas que não tenham nenhuma ou poucas oportunidades de usar tais tecnologias possam aprender a utilizar estas ferramentas.

O projeto Telecentros Porto Alegre consiste numa política pública com enfoque na garantia de ingresso dos cidadãos na rede mundial de computadores, considerando as demandas por geração de emprego e renda, educação, cultura e lazer. O projeto parte da premissa de que as soluções tecnológicas

implantadas nos Telecentros só serão socialmente relevantes se estiverem orientadas para a busca da melhoria da qualidade de vida definidas pela comunidade local.

Os Telecentros se localizam em associações de moradores ou entidades de movimentos sociais em diversas regiões da cidade, possuindo um Conselho Gestor próprio, formado por representantes da associação onde está instalado, da Prefeitura – PROCEMPA(Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre), SMED(Secretaria Municipal de Educação), CCS(Coordenação de Comunicação Social), FASC(Fundação de Assistência Social e Cidadania), SMAM(Secretaria Municipal de Meio Ambiente), SMIC(Secretaria Municipal de Indústria e Comércio) – e dos parceiros privados que participam do Telecentro.

Desta forma, procura-se incentivar a integração, a participação e a solidariedade entre os membros da comunidade, levando os mesmos a buscarem meios e alternativas para melhorarem suas condições de trabalho e qualidade de vida, além de ampliar a democratização da informação. O aspecto pedagógico desse processo leva a um salto qualitativo em termos de cidadania, pois os cidadãos deixam da sua condição de cidadãos passivos para condição de cidadãos ativos^[4].

Outro ponto a ser explicitado é em relação à concepção de cidadania que envolve este projeto. Uma incursão histórica sobre o conceito de cidadania demandaria muito tempo, pois envolveria outros elementos na discussão. Optamos por simplificar a abordagem, partindo do pressuposto inicial de que o sujeito exerce efetivamente sua cidadania plena se tiver a capacidade de saber realizar escolhas, poder escolher. Isto significa afirmar que o cidadão pleno, na sociedade moderna, é aquele consciente e ativo dos seus direitos individuais e coletivos. Nesse processo, a informação é um elemento fundamental para que o cidadão consiga efetivamente exercer plena consciência da sua cidadania e saiba efetuar escolhas. Porém, para que o cidadão consiga gozar plenamente de sua cidadania passa pela mediação do espaço público, isto é, pela mediação das instituições. Elas mediam, inclusive as informações para o cidadão.

Na sociedade moderna, as novas formas de organização da sociedade civil e dos movimentos sociais redimensionam o espaço público. Diferente das organizações tradicionais que se baseavam na centralização democrática, hoje, em forma de redes, as associações e movimentos atuam de forma heterogênea e fragmentada, colocando em pauta novos temas e questões a serem discutidas na agenda política. Assim, conforme Scherer-Warren (1993), as redes conduzem essenciais transformações na espacialidade e na sociabilidade, criando novos espaços de ação coletiva, um novo imaginário social, uma comunidade virtual. Os dos diversos e diferentes grupos sociais passam agir em rede. Contudo, conforme aponta a autora, ao se ampliar a possibilidade de comunicação, leva ao processo de exclusão, uma vez que nem todos possuem o acesso à comunicação. O acesso e uso das tecnologias de informação e de comunicação pelos cidadãos e a formação de redes de informação locais, regionais, nacionais e internacionais são aspectos essenciais para a democratização da informação.

Dessa forma, a concepção de cidadania nessa proposta procura transcender a noção a que a cidadania normalmente vem associada à visão político-jurídica que se baseia na noção de direitos formais

e normas prescritas, isto é, este enfoque percebe a cidadania a partir dos componentes que envolvem os direitos civis, políticos e sociais dos cidadãos, estes confinados em seus territórios nacionais. Esta abordagem é corroborada por muitos estudos sobre o tema que giram em torno das questões relacionadas com os direitos e as obrigações dos cidadãos, portanto referendam essa visão tradicional de cidadania.

O conceito político-jurídico torna-se insuficiente para entender a cidadania diante das recentes mudanças e transformações do contexto atual. Os impactos das tecnologias de informação e comunicação e a dinâmica da sociedade em rede propõem um novo repensar sobre o tema. Deste modo, é preciso compreender a cidadania sob múltiplas óticas, considerando as mudanças em curso e as novas configurações das sociedades em todo o planeta. Assim, a cidadania não pode ser encarada apenas como um conjunto de direitos formais, mas sim como um modo de incorporação de sujeitos e grupos ao cenário social. As análises sobre o consumo na sociedade e sua dinâmica oferecem pistas preciosas para essa tarefa ^[5].

Por outro lado, a democracia só é alcançada se o governo for capaz de garantir a transparência dos atos governamentais, permitindo o acesso dos cidadãos às informações coletadas e produzidas e armazenadas pelas diversas instituições públicas. O Estado é o maior produtor de informações. Neste âmbito, muitas instituições públicas tais como prefeituras, hospitais, universidades entre outras estão colocando em *sites* dados a seu respeito e serviços que prestam a sociedade disponíveis via internet, tornando fácil o acesso das informações aos cidadãos, permitindo a eles participação e controle social dos serviços públicos. Desta maneira, através do governo eletrônico, se promove a transparência da administração pública. Assim, através de *sites* na internet, muitas instituições públicas procuram:

- a) oferecer informações institucionais;
- b) prestação de serviços relevantes de *download* (cópia a partir de um computador remoto) de informações para o usuário;
- c) prestação de serviços públicos em tempo real e de forma interativa com o cidadão.

Para que tais objetivos sejam alcançados faz-se necessário uma reflexão sobre o significado de ser cidadão no mundo contemporâneo, de que forma nos relacionamos coletivamente e quais os canais que permitem a participação direta com as autoridades de forma que possamos opinar sobre as políticas públicas adotadas em níveis local e nacional. A cidadania é um processo em construção, por isso elementos de natureza educativa precisam ser privilegiados.

Por outro lado, a cidadania está ligada aos processos de identificação do sujeito, ao sentimento de pertença do sujeito em uma comunidade ou grupo social, a capacidade deste de participar de valores que são comuns, de uma história comum, de experiências comuns, identidade nacional e cidadania que sem se confundirem, se reforçam mutuamente. (Carvalho, 1995). Dessa forma, as múltiplas cidadanias tornam-se possíveis diante da reformulação do Estado-nação e do fenômeno da globalização. A cidadania, neste novo cenário, possui um caráter mais universal, uma vez que se observa um constante enfraquecimento

do Estado-nação, não apenas pela Declaração dos Direitos Humanos,(expansão da cidadania), mas também pela quebra de fronteiras territoriais possibilitadas pelas tecnologias de informação e da comunicação. Assim, passamos da condição de cidadãos pertencentes ao território do Estado-nação, para a categoria de cidadãos do mundo ou globais.

2 O PROJETO

O projeto “Informação e comunicação para a cidadania” procura articular os sujeitos sociais nos lugares onde nasceram, vivem e trabalham. A partir do programa de capacitação dos monitores locais que atuam no Telecentro Chico Mendes pretende não apenas *ensinar* o uso e as possibilidades de interação das ferramentas de informação e comunicação que elas proporcionam, mas veicular, durante o processo de aprendizagem, o conteúdo educativo voltado para a cidadania e a integração social.

Assim, o programa de capacitação dos monitores para utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC’s) trabalha a tecnologia de forma contextualizada, isto é, a partir das necessidades e dos saberes locais, adotando uma metodologia específica que socializa o aprendizado e as experiências nesse ramo. O programa de capacitação não privilegia a parte operacional *hard* ou o *software*, essa já é auto-explicativa, mas procura capacitar os monitores como utilizar as tecnologias informação e de comunicação, que pode ser, uma parte presencial e outra à distância, tendo como foco três eixos fundamentais que estão entrelaçados: *a cidadania, a animação cultural e a identidade cultural*.

Dentro deste escopo qual seria o nosso trabalho? Em um primeiro momento, identificar a comunidade, saber das suas necessidades, quais os interesses locais, o que pensam sobre tais tecnologias informação e comunicação e como usá-la para então estimular a utilização como uma ferramenta cotidiana e também envolvendo a dimensão da cidadania. Mostrar através de uma metodologia educativa como eles podem buscar e encontrar determinadas informações sobre emprego, segurança, cultura, saúde, lazer, entre outras. Levantar questões como qual a finalidade do uso das informações? Para que servem? Por quê? Quais as fontes de informação (onde buscar?). Quais os possíveis caminhos e qual o procedimento mais rápido e adequado para se obter as informações? Quais os seus possíveis usos? Além disso, estimular a produzirem informações e colocá-las em rede, ampliando a conexão e a interatividade

com grupos da comunidade local, nacional e internacional.

Informar para quê? Os cidadãos precisam ter consciência das transformações e mudanças econômicas e sociais que estão ocorrendo na sociedade. A sociedade informacional que se vislumbra cada vez mais utiliza tecnologias de informação e comunicação em todas as áreas e setores da sociedade, alterando as relações sociais, fazendo surgir no seu seio novas sociabilidades. Como as pessoas se inserem dentro desse processo de mudanças? Por que a informação tornou-se um insumo estratégico na configuração do modelo social e econômico? De que forma os cidadãos podem utilizar as informações para se incluírem no novo modelo da sociedade em rede, e também para obterem uma melhor qualidade de vida?

Dessa maneira, o domínio da tecnologia de informação e comunicação pode ser visto como um fator de inclusão social, pois o acesso a tais tecnologias e às informações pode proporcionar várias informações sobre temas como emprego, trabalho, lazer, cultura etc. Além disso, o uso de tais tecnologias e da informação pode proporcionar uma nova forma de decodificar o mundo, de estar conectado em rede, compartilhando experiências e informações com outras comunidades também em rede. A partir da configuração da sociedade digital, que se torna cada vez mais imperativa, a necessidade do domínio da tecnologia de informação e comunicação também é imprescindível.

Nesse sentido, o trabalho educativo que permita a conscientização dos cidadãos desse processo de mudanças e os insira dentro da nova configuração social que surge torna-se de fundamental importância. O trabalho de capacitação é educativo, pois procura educar os usuários para a busca e utilização das informações disponíveis na Internet. A idéia centrada na busca das fontes, nos tipos de informação e nos diversos conteúdos que a rede interativa disponibiliza está associada ao uso diferenciado da informação pelos múltiplos usuários da rede. Além disso, a motivação do uso das TIC's, de sua capacidade interativa, da utilização de determinadas fontes informações pode gerar um cidadão ativo, mais consciente, bem informado e atuante.

O conteúdo a ser desenvolvido no processo de capacitação em relação a animação cultural e identidade cultural será em forma de curso de extensão e oficinas que visam a formação de contadores de histórias. Através das atividades desenvolvidas, estimular-se-á a produção e a realização de narrativas orais e textuais sobre a comunidade e suas experiências vividas. Os cidadãos da comunidade são instigados a contar suas próprias versões e histórias sobre os fatos e acontecimentos que vivem no cotidiano, aprendendo a fazer o próprio registro das informações, recuperando, dessa forma, a sua identidade social e cultural e estruturando histórias da comunidade local.

3 A COMUNIDADE CHICO MENDES

O Parque Chico Mendes é formado por oitenta comunidades e possui uma mata nativa e natureza exuberantes, com uma área de 24 hectares, localizado na zona norte de Porto Alegre, abrangendo os bairros Mário Quintana e Jardim Dona Leopoldina. Sua comunidade é formada de aproximadamente duzentas mil pessoas na sua maioria de baixa renda, com uma estatística significativa de violência e criminalidade social. O Movimento SECIPAZ (Segurança, Cidadania e Paz) surgiu em 1996 com o objetivo da construção de novas atitudes dos habitantes, buscando a segurança pública para seus moradores, bem como sua integração e respeito para com a natureza do Parque e sua participação ativa na comunidade, bem como integrando a comunidade e o governo e promovendo a “cultura da paz”. Em 1998 o Movimento realizou uma campanha “Paz no Parque Chico Mendes e contou com o apoio da administração municipal de Porto Alegre, conseguindo um Posto de Polícia Militar para manter a ordem pública, quando houve uma redução de violência na comunidade.

A participação das escolas públicas e particulares dos bairros envolvendo os professores, os alunos e as famílias foram significativas com realizações de festividades envolvendo um grande número de crianças e jovens em campanhas pela paz. Bandas, grupos de folclore, teatros, corais e shows com a participação do público, tornou as pessoas bem mais solidárias na participação do processo comunitário.

O Telecentro Chico Mendes foi fundado em 2 de julho de 2001 no Espaço SECIPAZ, uma organização comunitária em defesa da paz, localizado no Parque Chico Mendes, em Porto Alegre. O

espaço físico abrange duas salas de aproximadamente 28m², em um blocos do SECIPAZ. Em cada sala funcionam 6 computadores em rede.

O Telecentro Chico Mendes foi implantado, tendo como um dos objetivos despertar pró-atividade para iniciar as pessoas da comunidade na inclusão digital. Nesse processo, a participação dos monitores é fundamental. Os monitores, neste projeto, são concebidos como atores sociais ativos sob duas óticas que se interligam, enquanto mediadores do processo de disseminação das informações, uma vez que estes, ao exercerem a tarefa de multiplicadores, ao repassarem as informações e o aprendizado, de cunho educativo, aos outros membros da comunidade, decodificam as mensagens “recebidas” através da capacitação, troca de experiências entre os instrutores, os outros monitores e a comunidade. Nesse sentido, eles são os elos no processo da disseminação da informação em rede. Os monitores do Telecentro são pessoas da própria comunidade, que orientam os usuários no aprendizado do uso das tecnologias de informação e comunicação, contando ainda com a colaboração de voluntários com formação profissional diversificada que auxiliam os monitores e a comunidade que utiliza o Telecentro.

CONCLUSÃO

Na configuração da sociedade em rede, cada vez mais o uso das tecnologias de informação e comunicação são uma realidade. Entretanto, o acesso a tais ferramentas não tem se expandido de forma democrática a todas as classes sociais, produzindo novas desigualdades sociais, criando uma situação de

exclusão ainda maior. Nesse sentido, a inclusão digital se apresenta como uma alternativa de inversão dessa lógica.

Por outro lado, constatou-se a carência de programas de capacitação de pessoas para a utilização das ferramentas digitais. O Projeto “Informação e Comunicação para a Cidadania” procura capacitar os monitores dos Telecentros, com caráter educativo, concebendo-os como multiplicadores e agentes ativos, mediando o aprendizado e as trocas com a comunidade na inserção ao mundo digital, preenchendo, assim, essa lacuna e integrando a Universidade com as políticas públicas.

Nesse processo de interação, o acesso às informações eletrônicas aos cidadãos possibilita a realização de escolhas, constituindo-se no insumo básico para a construção da cidadania, uma vez que ela ocorre plenamente se as pessoas estiverem informadas.

Com a criação e o funcionamento dos Telecentros os cidadãos das classes populares passam a ter como alternativas outros meios de acesso à informação que não aqueles convencionais (jornal, tv, rádio, revista etc) que sempre monopolizaram a informação, servindo às elites e à ideologia dos grupos dominantes. O acesso a outras fontes de informação, que não os meios massivos, podem interferir nessa lógica de exclusão dos grupos dominados, ao mesmo tempo em que a utilização e a produção da informação possibilita a prática e a consciência da sua identidade e da cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAVA, Silvio Caccia. **O que é a Formação para a Cidadania?** Entrevista com Chico de Oliveira. Disponível em <<http://www.polis.org.br.br>> Acessado em 04 out.2001.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e Cidadãos**; conflitos multiculturais na globalização. Rio de Janeiro : Editora da UFRJ, 1995.

CARVALHO, José Murilo. **Desenvolvimento de la Ciudadanía en Brasil**. México : Fondo de Cultura Económica, 1995.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura.. São Paulo : Paz e Terra, 1999. V.1

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Exclusão Digital**: a miséria na era da informação. São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2001.

SILVEIRA, Henrique Flávio Rodrigues da. Internet, governo, cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, v.30, n.2, p.80-90, maio/ago. 2001

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo : Loyola, 1993.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro : Record, 2000.

----- . **Os Argonautas da Cidadania**. Rio de Janeiro : Record, 2001.

[1] Professora auxiliar do Departamento de Ciências da Informação da UFRGS e especialista em educação a distância pela UFRGS. E-mail: mmoro@adufrgs.ufrgs.br ou elianemoro@bol.com.br

[2] Professora Titular do Departamento de Ciências da Informação da UFRGS e Doutora com PhD. em Administração de Empresas- França. Pesquisadora do CNPq. E-mail: lvargas@portoweb.com.br

[3] Professor adjunto do Departamento de Ciências da Informação da UFRGS e Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. E-mail: vjmorigi@adufrgs.ufrgs.br

[4] Para definição de tais estados da cidadania ver VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania**: a sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro, Record, 2001.

[5] Ver CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos**; conflitos multiculturais na globalização. Rio de Janeiro, Editora da UFRJ, 1995.